

SUMÁRIO

Capítulo I PROCEDIMENTO COMUM

1. Fundamento legal	21
2. Finalidade.....	21
3. Petição inicial	21
3.1. Tutela provisória	22
3.1.1. Tutela de urgência: aspectos gerais.....	23
3.1.1.1. Tutela de urgência antecipada	32
3.1.1.2. Tutela de urgência cautelar	44
3.1.2. Tutela antecipada de evidência	64
3.2. Foro competente	73
3.3. Representação em juízo	76
3.4. Pedido	77
3.4.1. Aditamento do pedido	79
4. Despacho inicial	
4.1. Petição inicial não preenche os requisitos do artigo 319	79
4.1.1. Emenda realizada pelo autor nos termos determinados pelo magistrado	79
4.1.2. Emenda não realizada pelo autor ou, que não preenche às exigências determinadas pelo magistrado	79
4.2. Petição inicial preenche os requisitos do artigo 319	80
4.3. Indeferimento da petição inicial	80
4.3.1. Causas de inépcia.....	80
4.3.2. Recurso cabível contra o indeferimento da petição inicial.....	81
4.4. Improcedência liminar do pedido.....	81
4.4.1. Não interposta apelação.....	82
4.4.2. Interposta apelação	82
4.4.3. Julgamento da apelação	82
4.5. Deferida petição inicial	81
4.5.1. Detalhes da audiência de tentativa de conciliação ou de mediação	82
5. Contestação	83
5.1. Termo inicial do prazo	84
5.2. Preliminares dos que o réu deverá arguir	85
5.2.1. Alegação de ilegitimidade passiva na contestação pelo réu ou não ser ele o responsável pelo prejuízo (artigo 338).....	85
5.2.2. Impugnação específica dos fatos.....	86
5.2.3. Princípio da eventualidade	86
5.3. Reconvenção.....	86
6. Revelia.....	86
7. Das providências preliminares e do saneamento	87

7.1. Da não incidência dos efeitos da revelia	87
7.2. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor alegado pelo réu na contestação	87
8. Do julgamento conforme o estado do processo	88
8.1. Da extinção do processo (artigo 354).....	88
8.1.1 Do julgamento antecipado do mérito	89
8.2. Do julgamento antecipado parcial de mérito (artigo 356).....	89
8.3. Do saneamento e organização do processo	89
9. Da audiência de instrução e julgamento (artigo 358)	90
9.1. Produção da prova oral na audiência.....	91
10. Orientações para identificar a peça	91
10.1. Estrutura da peça	92
10.1.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	92
10.1.2. Preâmbulo	92
10.1.3. Exposição dos fatos	95
10.1.4. Do direito.....	95
10.1.5. Provas	95
10.1.6. Pedido	95
10.1.7. Valor da causa	96
11. Peça	96

Capítulo II **CONTESTAÇÃO**

1. Cabimento	99
2. Termo do prazo contestacional.....	99
3. Eventualidade – Concentração da Defesa	99
4. Preliminares.....	100
5. Prescrição e decadência	101
6. Alegação de Ilegitimidade	101
7. Alegação de Incompetência Absoluta e Relativa	102
8. Ônus da Impugnação Especificada	102
3. Estrutura da peça	103
3.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	103
3.2. Preâmbulo	103
3.3. Preliminares e Mérito.....	104
3.4. Pedido	104
4. Peça	105

Capítulo III **RECONVENÇÃO**

1. Fundamento legal.....	107
2. Finalidade	107

3. Prazo	107
4. Cabimento	108
5. Conexão com a Ação Principal ou Mesmo Fundamento da Defesa	108
6. Foro competente	108
7. Ampliação Subjetiva	109
8. Legitimidade	109
9. Procedimento - Autonomia	109
10. Recursos cabíveis	110
11. Reconvenção à Reconvenção	110
12. Orientações para identificar a peça	111
13. Orientações para a confecção da peça	111
14. Estrutura da peça	111
15. Peça	113

Capítulo IV
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO

1. Fundamento legal	116
2. Finalidade	116
3. Cabimento	116
4. Prazo	117
5. Foro competente	118
6. Legitimidade	118
7. A suspensão do processo	118
8. Procedimento	119
9. Orientações para identificar a peça	119
10. Orientações para a confecção da peça	119
11. Estrutura da peça	119
12. Peça	121

Capítulo V
INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO

1. Fundamento legal	124
2. Finalidade	124
3. Cabimento	124
4. Prazo	125
5. Foro competente	126
6. Legitimidade	127
7. A suspensão do processo	127
8. Procedimento	127
9. Orientações para identificar a peça	128

10. Orientações para a confecção da peça.....	128
11. Estrutura da peça	128
13. Peça	130

Capítulo VI
PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA

1. Fundamento legal.....	132
2. Cabimento	132
3. Finalidade	133
4. Foro competente.....	133
5. Legitimados para propor a Ação Monitória	133
6. Procedimento	134
7. Orientações para identificar a peça	134
8. Orientações para a confecção da peça.....	134
9. Estrutura da peça	134
10. Modelo de Peça.....	136

Capítulo VII
**FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO
DE QUANTIA CERTA – IMPUGNAÇÃO**

1. Fundamento legal.....	138
2. Finalidade	138
3. Cabimento	138
4. Foro competente.....	138
5. Legitimados	139
6. Procedimento	139
7. Procedimento da Execução Definitiva.....	139
9. Da Impugnação.....	140
10. Orientações para identificar a peça	141
11. Estrutura da peça	141
12. Modelo da peça.....	143
13. Modelo da peça.....	144

Capítulo VIII
TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. Princípios gerais em matéria de recursos	146
1.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	146
1.2. Princípio da taxatividade.....	146
1.3. Princípio da unicidade	147

1.4. Princípio da consumação	147
1.5. Princípio da complementariedade.....	148
1.6. Princípio da dialeticidade.....	148
1.7. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	148
1.8. Princípio da fungibilidade	148
2. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	149
2.1. Requisitos de admissibilidade.....	149
2.1.1. Intrínsecos	149
2.1.2. Extrínsecos	154
3. Efeitos dos recursos.....	157
3.1. Efeito devolutivo.....	157
3.2. Efeito suspensivo	158
3.3. Efeito translativo.....	158
3.4. Efeito expansivo.....	159
3.5. Efeito substitutivo.....	159
3.6. Efeito ativo	160

Capítulo IX APELAÇÃO

1. Cabimento	161
2. Requisitos de admissibilidade.....	161
3. Efeitos da apelação	161
4. Fato novo	162
5. Processamento	162
6. Decisões interlocutórias não agraváveis.....	162
7. Estrutura da peça.....	163
7.1. Endereçamento – a quem se dirige?	163
7.2. Preâmbulo	163
7.3. Fundamentos de fato e de direito	164
7.4. O pedido de nova decisão.....	164
7.5. Requerimento	164
8. Peça.....	164

Capítulo X AGRAVO DE INSTRUMENTO

1. Cabimento	167
2. Requisitos de admissibilidade.....	167
2.1. Efeitos do agravo de instrumento	168
2.2. Competência e Processamento	169
2.3. Estrutura da peça.....	170
2.3.1. Considerações iniciais.....	170
2.3.2. Endereçamento – a quem se dirige?	170
2.3.3. Preâmbulo	170
2.3.4. Exposição de fato e de direito	171

2.3.5. As razões do pedido de reforma da decisão	171
2.3.6. O nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo	171
2.3.7. Requerimento	171
3. Peça	172

Capítulo XI

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Cabimento	175
2. Decisões embargáveis	175
3. Efeito modificativo	175
4. Ausência de contrarrazões	176
5. Requisitos de admissibilidade	176
5.1. Intrínsecos	176
5.2. Extrínsecos	176
6. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos e utilização os embargos de declaração com a finalidade procrastinatória	177
7. Efeito suspensivo	178
8. Estrutura da peça	179
8.1. Considerações iniciais	179
8.2. Endereçamento – a quem se dirige?	179
8.3. Preâmbulo	179
8.4. Apontar a decisão objeto dos embargos de declaração	180
8.5. Vício da decisão embargada	180
8.6. Requerimento	180
9. Peça	180

Capítulo XII

RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Cabimento	182
2. Requisitos de admissibilidade	182
2.1. Requisitos de admissibilidade específicos (tanto do recurso especial quanto do recurso extraordinário)	182
2.1.1. Prequestionamento	182
2.2. Questão de direito e questão de fato	185
2.3 Causa decidida em única ou última instância	186
2.4. Requisitos de admissibilidade específicos do recurso extraordinário	187
2.4.1. Repercussão geral	187
2.4.1.1. Repercussão geral e suspensão de todos os processos pendentes	188
2.4.1.2. Violações à Constituição Federal	188
2.5. Requisitos de admissibilidade específicos do recurso especial	188

2.4. Requisitos de admissibilidade gerais do recurso especial e do recurso extraordinário	189
3. Efeitos do recurso especial e do recurso extraordinário	189
4. Processamento dos recursos especial e extraordinário	189
5. Estrutura da peça (recurso especial)	190
5.1. Endereçamento – a quem se dirige?	190
5.2. Preâmbulo	191
5.3. Demonstração do fato e do direito.....	191
5.4. A demonstração do cabimento do recurso interposto	192
5.5. As razões do pedido de reforma da decisão recorrida	192
5.6. Requerimento	192
6. Estrutura da peça (recurso extraordinário)	192
6.1. Endereçamento – a quem se dirige?	192
6.2. Preâmbulo	192
6.3. Demonstração do fato e do direito.....	193
6.4. A demonstração do cabimento do recurso interposto.....	193
6.5. As razões do pedido de reforma da decisão recorrida	194
6.6. Requerimento	194
7. Peças - Recurso Especial e Recurso Extraordinário	194

Capítulo XIII

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

1. Fundamento legal	198
2. Cabimento	198
3. Finalidade.....	198
3.1. Legitimados para propor a Ação Consignatória	198
4. Procedimento extrajudicial – possibilidade de depósito extrajudicial – obrigações em dinheiro.....	199
5. Procedimento Judicial.....	200
6. Foro competente	200
7. Processamento	200
8. Petição inicial.....	200
9. Contestação	201
10. Prazos.....	202
11. Orientações para identificar a peça	202
12. Orientações para a confecção da peça	202
13. Estrutura da peça.....	202
14. Peça.....	205

Capítulo XIV

AÇÃO MONITÓRIA

1. Fundamento legal.....	208
2. Cabimento	208
3. Finalidade	209
4. Foro competente.....	210
5. Legitimados para propor a Ação Monitória	210
6. Prova escrita sem eficácia de título executivo	210
7. Procedimento.....	211
8. Tutela da Evidência e Expedição do Mandado Monitório.....	211
9. Peculiaridades e inovações	211
10. Embargos à Ação Monitória.....	212
11. Orientações para identificar a peça	213
12. Orientações para a confecção da peça.....	213
13. Estrutura da peça	214
14. Modelo de Peça.....	216

Capítulo XV

AÇÕES POSSESSÓRIAS

1. Fundamento Legal.....	219
2. Características	219
3. Posse Justa e Injusta	220
4. Fungibilidade das Ações Possessórias	221
5. Cumulação das Demandas	221
6. Caráter Dúplice.....	221
7. Discussão de Propriedade na pendência de Possessória	222
8. Ação de Força Nova e Ação de Força Velha	223
9. Litígios Coletivos.....	223
10. Da Manutenção e da Reintegração de Posse	224
11. Interdito Proibitório	225
12. Estrutura da peça	226
13. Modelo de Peça.....	228

Capítulo XVI

MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

1. Fundamento legal.....	230
2. Cabimento	230
3. Finalidade	231
4. Legitimados	231

5. Procedimento	233
6. Prazo	234
7. Destinatário – a quem se dirige	234
8. Recursos cabíveis	234
9. Possibilidade da Liminar	235
10. Não Cabimento de Liminar em Mandado de Segurança	236
11. Não Cabimento de Mandado de Segurança contra Lei em Tese	237
12. Denominação das partes	238
13. Verbo a ser adotado no preâmbulo	238
14. Verbo a ser adotado no pedido	238
15. Pedido	238
16. Peculiaridades	239
17. Orientações para identificar a peça	240
18. Orientações para a confecção da peça	240
19. Estrutura da peça	241
20. Modelo de Peça	243

Capítulo XVII
JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL
JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

1. Fundamento legal	246
2. Finalidade	246
3. Cabimento	246
4. Foro competente	248
5. As partes no juizado	248
6. Não-cabimento de intervenção de terceiros	249
7. Procedimento	249
8. A resposta do réu	250
9. Da fase probatória	250
10. A sentença	251
11. O Recurso Inominado	251
12. Embargos de declaração	252
13. Não-cabimento de Agravo de Instrumento	252
14. Não-cabimento de Recurso Especial – Súmula 203 do STJ	252
15. Cabimento de Recurso Extraordinário	253
16. Pedido de Uniformização	253
17. Enunciados FONAJE	254
18. Enunciados FONAJEF	264
19. Orientações para identificar a peça	277
20. Orientações para a confecção da peça	277
21. Estrutura da peça	277
22. Modelo de peça	279

Capítulo XVIII

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1. Fundamento legal.....	280
2. Finalidade	280
3. Cabimento	280
4. Competência Absoluta	280
5. As partes no juizado especial da Fazenda Pública.....	281
6. Deveres do Réu	281
7. Reexame Necessário	281
8. Da fase probatória – exame técnico.....	281
9. Cumprimento do acordo ou sentença – fazer, não fazer e entrega de coisa.....	281
10. Cumprimento do acordo ou sentença – quantia certa	281
11. O Recurso Inominado e as providências cautelares ou antecipatórias.....	282
12. Embargos de declaração	283
13. Não-cabimento de Recurso Especial – Súmula 203 do STJ	283
14. Cabimento de Recurso Extraordinário	283
15. Pedido de Uniformização – Turmas de Uniformização e a atuação do Superior Tribunal de Justiça.....	283
16. Enunciados FONAJE	284
17. Orientações para identificar a peça	286
18. Orientações para a confecção da peça.....	286
19. Estrutura da peça	286
20. Modelo de Peça	288

Capítulo XIX

AÇÃO DE DESPEJO/AÇÃO RENOVATÓRIA/ AÇÃO REVISIONAL DE ALUGUEL

1. Ação de despejo	289
1.1. Fundamento legal	289
1.2. Finalidade	289
1.3. Petição inicial.....	289
1.3.1. Liminar para desocupação em 15 (quinze) dias (tutela antecipada)	289
1.3.2. Ciência do sublocatário e intervenção como assistente	290
1.3.2.1. Elisão da liminar no caso de despejo por falta de pagamento.....	290
1.3.3. Requisito da petição	290
1.3.4. Ações de despejo com locações ajustadas por escrito e com prazo superior a 30 (trinta) meses (art. 46)	291
1.3.5. Ações de despejo com pedido para uso próprio, de seu cônjuge ou companheiro ou para uso residencial de ascendente ou descendente que não disponham de imóvel residencial próprio.....	291

1.3.6. Ação de despejo para demolição e edificação licenciada para a realização de obras aprovadas pelo Poder Público, que aumentem a área em, no mínimo, vinte por cento ou, se o imóvel for destinado a exploração de hotel ou pensão, em cinquenta por cento	291
1.4. Da cumulação do pedido de despejo com cobrança de aluguéis e acessórios da locação	291
1.5. Foro competente	292
1.6. Natureza da ação de despejo.....	292
1.7. Estrutura da peça.....	292
1.7.1. Endereçamento – a quem se dirige?	293
1.7.2. Preâmbulo	293
1.7.3. Exposição dos fatos.....	294
1.7.4. Do direito	294
1.7.5. Provas	294
1.7.6. Pedido	294
1.7.7. Valor da causa.....	294
2. Ação renovatória	295
2.1. Fundamento	295
2.1 Finalidade.....	295
2.2. Do direito à ação renovatória	295
2.3. Do prazo para ajuizamento da ação renovatória.....	296
2.4. Petição inicial	296
2.6. Procedência da ação renovatória	297
2.7. Improcedência da ação renovatória	297
2.8. Foro competente	297
2.9. Natureza da ação renovatória	297
2.10. Estrutura da peça.....	297
2.10.1. Endereçamento – a quem se dirige?	298
2.10.2. Preâmbulo	298
2.10.3. Exposição dos fatos.....	299
2.10.4. Do direito	299
2.10.5. Provas	299
2.10.6. Pedido	299
2.10.7. Valor da causa.....	299
3. Ação revisional de aluguel	299
3.1.Fundamento legal	299
3.2. Finalidade.....	300
3.3. Procedimento	300
3.4. Da fixação do aluguel.....	301
3.5. Foro competente	301
3.6. Natureza da ação revisional de aluguel	301
3.7. Estrutura da peça.....	301
3.7.1. Endereçamento – a quem se dirige?	301
3.7.2. Preâmbulo	301

3.7.3. Exposição dos fatos	302
3.7.4. Do direito.....	302
3.7.5. Provas.....	303
3.7.6. Pedido	303
3.8.9. Valor da causa	303
4. Peça processual	303

Capítulo XX
AÇÃO DE ALIMENTOS (LEI 5.478/68)

1. Cabimento.....	306
2. Legitimidade.....	306
3. Pressupostos da obrigação alimentar	306
4. A distribuição dinâmica do ônus da prova no artigo 373, § 1º do NCPC e sua aplicabilidade nas ações de alimentos.....	306
5. Dos alimentos provisórios	310
6. Foro competente para processar a ação de alimentos	310
7. Contestação e audiência de conciliação e julgamento.....	310
8. Desconto em folha de pagamento	310
9. Estrutura da peça	311
9.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	311
9.2. Preâmbulo	311
9.3. Exposição dos fatos	312
9.4. Do direito.....	312
9.5. Provas.....	312
9.6. Pedido	312
9.7. Valor da causa	312
10. Peça processual	313

Capítulo XXI
**AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS/AÇÃO
DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS/AÇÃO
PARA OFERTA DE ALIMENTOS**

1. Fundamento legal.....	315
2. Legitimidade.....	315
3. Pressupostos da obrigação alimentar	315
4. Distribuição do ônus da prova nas ações de alimentos	316
3.1. Alteração dos pressupostos ensejadores da obrigação alimentar.....	317
3.2. A teoria da carga dinâmica da prova nas ações de alimentos.....	317
3.3. Dos alimentos provisórios	320
3.4. Foro competente para processar a ação de alimentos	320
3.5. Contestação e audiência de conciliação e julgamento	320

4. Estrutura da peça ação revisional de alimentos	321
4.1. Endereçamento – a quem se dirige?	321
4.2. Preâmbulo	321
4.3. Exposição dos fatos.....	322
4.4. Do direito	322
4.5. Provas	322
4.6. Pedido	322
4.7. Valor da causa.....	323
5. Peça processual	323
BIBLIOGRAFIA	327